

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO  
**Secretaria Municipal de Administração**

PMSA OF Nº 561/2025

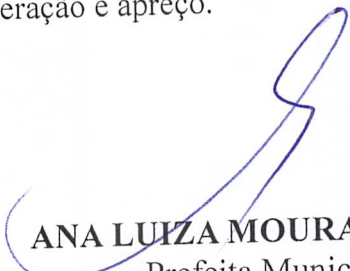
Sant'Ana do Livramento, 13 de outubro de 2025.

Senhor Presidente:

Apraz-nos cumprimentar Vossa Excelência e, na oportunidade, encaminhar emenda aditiva ao Projeto de Lei nº 148/2025 que **"Autoriza o Executivo Municipal a realizar contratação emergencial, para o cargo de "Cozinheiro", para a Secretaria Municipal de Assistência e Inclusão Social, em caráter temporário e por excepcional interesse público, com natureza administrativa, conforme Lei Municipal nº 7.316, de 22 de março de 2018."**, encaminhado através do PMSA. OF. Nº 547/2025.

Sendo o que tínhamos para o presente, aproveitamos a oportunidade para manifestar protestos de consideração e apreço.



  
**ANA LUIZA MOURA TAROUCO**  
Prefeita Municipal

Exmo. Sr.

**Ver. FELIPE COELHO PINTO**

M.D Presidente da Câmara Municipal de Vereadores  
Sant'Ana do Livramento – RS.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO  
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E INCLUSÃO SOCIAL

JUSTIFICATIVA

Encaminha-se para apreciação desse Egrégio Legislativo Municipal o projeto de lei que "Autoriza o Executivo Municipal a realizar a contratação emergencial para o cargo de Nutricionista para atender necessidade temporária de excepcional interesse público e dá outras providências".

É necessário compor com contratos emergenciais o quadro de funcionários da Secretaria Municipal de Assistência e Inclusão Social, tendo em vista a necessidade e o excepcional interesse público de suprir a demanda dos serviços, e o desenvolvimento das atividades junto aos equipamentos da SMAIS, com cargos já existentes no quadro de servidores do Município.

Há de ser observado que ante a urgência das contratações, a fim de que o serviço público não sofra prejuízo nem paralisação em decorrência de déficit para atendimento das demandas, que presta serviços essenciais à população, e a inexistência de tempo hábil aliada a impossibilidade orçamentária para suprir as vagas por concurso público, faz-se necessária a aprovação desta Lei.

Neste compasso, pela exegese da Lei 7.316/2018 em seu art. 1º que preleciona "Para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, a Administração Centralizada e Autarquias poderão promover a admissão de pessoal por tempo determinado, nas condições e prazos previstos nesta Lei", sendo que a legislação foi silente quanto aos prazos, oportunidade que observando a necessidade dos cargos públicos, poderão haver contratações pelo prazo excepcional de 730 (setecentos e trinta) dias, ante a indispensabilidade dos serviços aos equipamentos da pasta e a continuidade dos mesmos.

Sabe-se que a Secretaria como um todo e especialmente o Albergue Municipal, Casa do Bem, e o próprio Restaurante Popular que operará em breve, atuam em áreas e matérias sensíveis que merecem um olhar diferenciado, e quanto ao nutricionista a forma de garantir a segurança alimentar aos usuários em situação de vulnerabilidade.

Para isso, é necessário, então, que a referida autorização contemple o período de 730 (setecentos e trinta) dias para o contrato, podendo ser renovado por igual período, evitando a descontinuidade dos serviços prestados ou a interrupção dos mesmos, os quais são indispensáveis para o cumprimento integral do Princípio Constitucional da Eficiência.



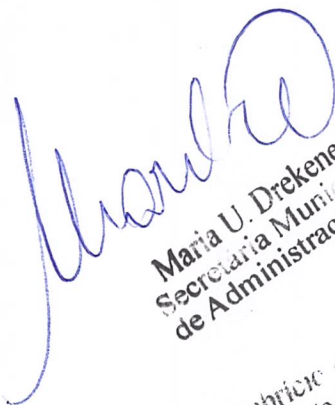


ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO  
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E INCLUSÃO SOCIAL

Portanto, é nítido o interesse público que envolve a contratação, objeto desta solicitação, que visa a não interrupção dos serviços públicos, caracterizando-se, pois, o excepcional interesse público.

Por todo exposto, ante a necessidade da contratação emergencial de Nutricionista, a fim de que o serviço público não sofra prejuízo nem paralisação em decorrência de déficit para atendimento das demandas desta Secretaria, que presta serviços essenciais à população, é que se requer autorização para que seja autorizada a contratação por meio de processo seletivo.

Nesse sentido, encontramos como primordial alternativa o pedido de seleção pública de contratos, a ser realizado de forma a contemplar o atendimento aos princípios constitucionais, em especial os da legalidade, da publicidade, da moralidade, da isonomia, da impessoalidade e da eficiência e da continuidade do serviço público. Pelo exposto e, principalmente pela relevância do tema, é que estamos encaminhando o presente projeto de lei para apreciação desse Legislativo, esperando aprovação por parte dos ilustres Vereadores, e cooperação para que as políticas públicas idealizadas por ambos os Poderes sejam efetivamente alcançadas à população.

  
Maria U. Drekener  
Secretaria Municipal  
de Administração

Fabrice A. Duarte  
Sec. Adjunto de Administração  
Matrícula 821373